

ambiente

Amazônia perde 'uma Alemanha' em 60 anos

Estudo na Science aponta que 146 unidades de conservação foram modificadas e afirma que Brasil lidera retrocessos

Rafael Garcia

SÃO PAULO As áreas de preservação ambiental do planeta têm sofrido inúmeros processos de reversão ao longo dos últimos 50 anos, e os dois grandes focos do problema hoje são Brasil e EUA, concluiu um novo estudo.

Desde 1961, 146 unidades de conservação brasileiras tiveram suas áreas reduzidas, seu status de proteção rebaixado ou foram simplesmente removidas.

O novo levantamento, conduzido por uma equipe internacional de cientistas liderados pela ONG de pesquisa ambiental CI (Conservation International), sai na edição desta quinta (30) da revista Science. Os pesquisadores fizeram um levantamento global do problema — batizado de PADD, do inglês para "recategorização, redução e extinção de áreas protegidas" — e encontraram 3.749 atos de gestão afetando mais de 500 mil km² originalmente designados para proteção. Desses, 440 são em países da Amazônia, 148 dos quais no Brasil.

Há intensificação recente nesse tipo de retrocesso, dizem os autores do estudo, sendo que 78% dos eventos ocorreram desde 2000.

"O estabelecimento de áreas protegidas não pode ficar só na criação", afirma Rachel Golden Kroner, ecóloga da Universidade George Mason, na Virgínia, autora do estudo. "Há muitas maneiras de impor retrocessos legais e formais, e é preciso apoiá-las para além do momento de sua origem".

Ao todo, as revisões de unidades de conservação nos países que abrigam a Amazônia implicaram na perda de 155 mil km² de área protegida e no enfraquecimento de 209 mil km², afetando um território maior que o da Alemanha. Um dos principais problemas identificados no estudo foi que as alterações em unidades de conservação frequentemente ocorreram de forma abrupta, enquanto o estabelecimento destas seguia processos longos e complexos.

"Os processos de PADD deveriam em princípio ter os mesmos critérios rigorosos de criação, especialmente os estudos científicos e a consulta pública", afirma Bruno Coutinho, pesquisador da CI Brasil

e coautor do estudo. "Mas a grande maioria dos eventos que a gente conseguiu rastrear ocorreram sem estudo e sem consulta".

Entraram na conta dos pesquisadores episódios como o ocorrido em setembro de 2018, quando a Assembleia Legislativa de Rondônia revogou num único dia decretos que tinham criado 11 unidades de conservação no estado.

Outros focos de eventos PADD no Brasil foram as regiões do Rio Tapajós e da BR 163, que liga o agronegócio do Mato Grosso ao rio Amazonas.

Enquanto no Brasil o tipo de retrocesso mais comum em áreas protegidas era a redução de limites, nos outros países na América do Sul (que abrigam partes da Amazônia) o problema maior foi o rebaixamento do status de proteção. Como reservas biológicas de proteção integral se tornando áreas onde a extração de petróleo e minério é permitida, sob certas condições.

A mineração e as obras de infraestrutura (sobretudo usinas hidrelétricas) foram os principais fatores de pressão que levaram à revisão de unidades de conservação, aproximadamente em metade dos casos. O agronegócio, principal motor do desmatamento no Brasil, exerce uma influência mais indireta sobre unidades de conservação, com deslocamentos populacionais e demandas por obras de infraestrutura.

O cenário na América do Sul foi colocado pelos pesquisadores em paralelo com o dos Estados Unidos, onde eles conseguiram identificar 269 eventos de recategorização, redução e extinção de áreas protegidas ao longo de 12 décadas, com aumento acentuado durante o governo Trump. O principal fator de pressão na América do Norte foi a infraestrutura, com a mineração representando uma ameaça relativamente menor hoje.

Tanto no Brasil quanto nos EUA, os pesquisadores identificaram decisões legislativas ou de governo que buscavam reverter os danos às áreas protegidas, mas não foi calculado o quanto essas medidas efetivamente conseguiram salvar de biodiversidade. O fenômeno evidência que em muitos casos as unidades de conservação são alvo de

América do Sul concentra retrocessos no status de áreas de proteção ambiental



O que são áreas protegidas

Áreas protegidas (na legislação brasileira "Unidades de Conservação") são terras públicas destinadas a preservação de longo prazo da natureza para fins de preservação cultural e de serviços ecológicos

Retrocessos a que estão sujeitas

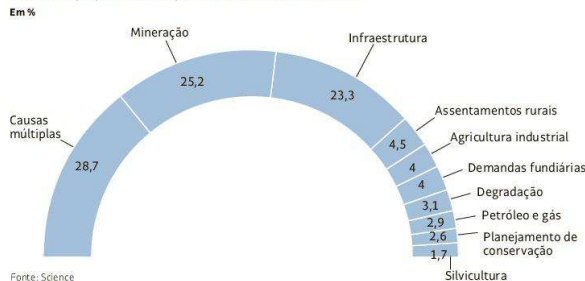
- **Redução**
Um remapeamento que incorra diretamente na diminuição da área destinada à proteção da natureza local
- **Rebaixamento**
Um recuo no tipo (ou quantidade) de atividades humanas que eram anteriormente proibidas na área
- **Remoção**
A perda completa daquela área de preservação, sem restrição para o tipo de exploração permitida

Onde ocorreu



Por que ocorreu

Os setores que pressionaram pela revisão da área em cada caso



Fonte: Science

disputa constante.

No Brasil, existe pouca perspectiva hoje de resolver o problema do desequilíbrio de rigor para criar ou alterar unidades de conservação.

Enquanto projetos de lei e medidas provisórias de redução de unidades de conservação — o que, nesse último caso, é considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal — continuam emergindo, existe até mesmo proposta para tornar a criação de áreas protegidas ainda mais burocrática.

O projeto de lei 1995 de 2019, do senador Marcio Bitar (MDB-AC), por exemplo, exige que as assembleias legislativas e as câmaras de vereadores sejam consultadas para criação de unidades de conservação federais, algo que hoje requer somente a discussão na esfera da União.

O poder executivo também deu sinais de que tem a intenção de mexer no SNUC, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e não necessariamente para ampliar o status de preservação referido em lei.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou que algumas unidades de conservação foram criadas "sem critério técnico" e pretende fazer uma "revisão geral" no sistema, ainda que não tenha expedido nenhum decreto.

Os autores do estudo publicado na revista Science afirmam que não são contra qualquer mudança proposta para rever unidades de conservação, sobretudo quando o motivo é o benefício a comunidades tradicionais locais.

"Não vemos necessariamente problema nos recuos quando estes resultam de processos rigorosos, participativos, baseados em evidência científica e no envolvimento de partes envolvidas", afirma Kroner. "Isso é preferível a simplesmente mudar os limites das áreas de proteção rapidamente, sem ouvir comunidades afetadas, sem consulta pública e sem transparência."

Paralelamente aos trabalhos acadêmicos, a pesquisadora e seus colegas mantêm o site www.paddtracker.org, um mapa interativo que mostra todos os recuos propostos e realizados para unidades de conservação no mundo.

Planalto tenta acordo para votar MP do Código Florestal

Daniel Carvalho

BRASÍLIA O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, disse nesta quinta-feira (30) que o governo Jair Bolsonaro (PSL) ainda tenta convencer o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), a recuar de sua decisão e votar a medida provisória que flexibiliza partes do Código Florestal. A MP caduca na segunda-feira (3).

"Vou dialogar com o presidente Davi e ver se a gente encontra. Nós temos até a meia-noite da segunda-feira para tentar fazer o Senado aprovar", disse Onyx ao chegar à convenção de seu partido, o DEM, minutos antes da chegada do presidente do Senado.

Davi Alcolumbre tinha uma conversa com Jair Bolsonaro agendada e esse seria um dos assuntos tratados. De manhã, o presidente do Senado falou que não havia chance de mudar de ideia e votar a MP. "É decisão já, decisão do Parlamento. Não vamos voltar", afirmou Davi.

A medida provisória foi editada pelo governo do presidente Michel Temer, mas o texto aprovado pela Câmara nesta quarta-feira (29) conta com a simpatia da atual

administração do Planalto. "A linha adotada pela Câmara é uma linha com a qual o governo tem identidade. Queremos que o produtor brasileiro possa produzir. O Brasil precisa disso, precisamos crescer", afirmou o ministro.

Onyx defendeu a proteção ambiental que atualmente é realizada no Brasil.

"Não há nenhum país no mundo que proteja mais o meio ambiente que o Brasil. Principalmente os europeus. Não protegem o meio ambiente como protege o Brasil. Ao contrário, muitas vezes, a questão do meio ambiente é usada para travar o crescimento brasileiro", disse Onyx.

Em votação capitaneada pela bancada ruralista, a Câmara aprovou por 243 a 190 votos a MP que, na prática, amplia o período no qual o desmatamento não precisa ser compensado ou regenerado.

A bancada ruralista conseguiu manter no texto os jargões (jargão para artigos estranhos ao tema original) mais polêmicos. Entre eles está uma mudança no artigo 68 do código, que estabelece um novo marco temporal para exigir a restauração de área desmatada em diferentes biomas.

Pelo Código Florestal de 2012, vigente hoje, estavam desobrigados de promover a recomposição da mata os proprietários que tivessem desmatado antes de 1965, quando uma lei estabeleceu percentuais de 50% de preservação da Amazônia e 20% para as demais vegetações do país.

Os ruralistas esticaram o prazo da desobrigação tomando como base os anos em que os biomas passaram a ser explicitamente citados na lei. No cerrado, o início da proteção será considerado como 1989. Já no caso dos pampas e do Pantanal, em 2000.

A MP também prorroga indefinidamente o prazo de adesão de produtores ao Programa de Regularização Ambiental, um programa de ações de recuperação ambiental obrigatório instituído no Código Florestal, e estabelece que o proprietário deve aderir ao PRA apenas se este for notificado pelo órgão responsável.

Durante a votação, deputados se envolveram em confusão que terminou com empurrões. O bate-boca no plenário começou com os deputados Julian Lemos (PSL-PB) e Edmilson Rodrigues (PSOL-PA). Após um encontrão, os

parlamentares discutiram e foram separados por colegas.

Em seguida, o deputado Expedito Netto (PSD-RO) se uniu à briga e Lemos o empurrou com a cabeça. Novamente foram separados por outros parlamentares que votavam requerimento de retirada de pauta da MP 867.

A deputada Geovânia de Sá (PSDB-SC), que presidia a sessão, tentou acalmar os ânimos. A confusão durou cerca de cinco minutos, e a votação da medida prosseguiu.

Líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP), disse que o governo estudia reeditar a MP 867. "Como é uma medida de gestão passada a gente ainda pode reeditar essa medida provisória. Tem salvação. Ainda não está perdido", disse.

Onyx Lorenzoni disse também nesta quinta que ainda está em estudo a alteração do status da Estação Ecológica (Esec) de Tamoios, em Angra dos Reis (RJ).

Na quarta-feira, Bolsonaro repetiu sua intenção de editar um decreto para promover esta alteração. Foi lá que o presidente da República sofreu uma multa por pesca, posteriormente anulada.



Vou dialogar com o presidente Davi [Alcolumbre]. Nós temos até a meia-noite da segunda-feira para tentar fazer o Senado aprovar [a MP 867]

Onyx Lorenzoni
Ministro da Casa Civil

Como é uma medida de gestão passada a gente ainda pode reeditar essa medida provisória. Tem salvação. Ainda não está perdido

Joice Hasselmann
Líder do governo no Congresso

Governo aguarda reação de doadores do Fundo Amazônia

BRASÍLIA O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, afirmou na quarta-feira (29) que a Noruega e a Alemanha ainda não manifestaram "nenhuma reação" à proposta do governo brasileiro de mudar as regras do Fundo Amazônia.

"Ainda não tivemos nenhuma reação por parte desses governos em relação a isso, ao menos nada que tenha chegado oficialmente ao nosso conhecimento", disse Araújo, que participou nesta quarta (29) de uma audiência na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, defende a redução do número de membros do conselho do fundo e que os recursos doados possam ser utilizados para indenizar produtores rurais.

"Espero que a gente possa manter essa cooperação com Noruega e Alemanha, que tem sido muito produtiva", afirmou Araújo.

Na segunda (27), os embaixadores da Noruega e da Alemanha participaram de uma reunião com Salles.